

Intelectuais e política educacional: a experiência de Isaías Alves

Ana Cristina Santos Matos Rocha*

Resumo: Este artigo pretende, através do estudo biográfico de Isaías Alves, analisar a relação entre intelectuais e Estado brasileiro durante os anos de 1930 a 1942. A pesquisa, ainda em fase preliminar, relaciona o trabalho de Alves com os testes de inteligência e a construção de um espaço de atuação na área da educação.

Palavras-chave: educação; Isaías Alves; intelectuais.

Abstract: This article aims, through the biographical study of Isaías Alves, examine the relationship between intellectuals and the Brazilian State during the years 1930 to 1942. The research, still in preliminary stage, relate the work of Alves with intelligence tests and the construction of an area of expertise in education.

Keywords: education; Isaías Alves; intellectuals.

Este artigo é resultado de uma pesquisa ainda preliminar sobre o intelectual baiano Isaías Alves de Almeida. Nascido em Santo Antonio de Jesus no ano de 1888, Alves formou-se na Faculdade de Direito da Bahia em 1910. Entretanto, sua trajetória tomou outros rumos após o curto período em que exerceu a advocacia em sua cidade natal¹.

Isaías Alves começou cedo sua relação com a educação. Antes de se formar, já lecionava no Colégio Ipiranga desde 1905. Em 1906, aos 18 anos, quando ainda era apenas professor, Alves fez incursões por algumas cidades do interior como Amargosa e Areias proferindo discursos sobre a importância da educação para a construção da nação. Chegou a enviar cartas aos jornais locais pedindo que anunciassem sua chegada.

Em 9 de janeiro de 1907, Alves parece ter escrito sobre sua própria conferência realizada em Santo Antonio de Jesus, em matéria publicada no jornal *O Palladio*.² Ao final do artigo, encontra-se uma observação escrita com a caligrafia de Isaías Alves: “Este artigo foi meu, fazendo esforço por ocultar-me para melhor ser ouvido. Nada valeu.”

Muitos anos separaram este jovem, do Isaías Alves que conheci no seu arquivo pessoal. Alves é conhecido pela fundação da Faculdade de Filosofia da Bahia em 1941, que posteriormente foi integrada a Universidade da Bahia, hoje Ufba. Além disso, foi professor do Ginásio da Bahia e dentre os cargos públicos que ocupou podemos apontar: o trabalho com

* Mestranda em história pelo CPDOC-FGV e bolsista Faperj.

¹ O exercício da advocacia em 1911 consta no currículo de Isaías Alves que foi encontrado no seu acervo pessoal, hoje depositado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (doravante FFCH).

² “Idéia Nobre” In: *O Palladio*, 09/01/1907.

Anísio Teixeira em 1932 no Rio de Janeiro, quando foi convidado a chefiar a Seção de Testes e Escalas do Distrito Federal; membro do Conselho Nacional de Educação e Secretário de Educação e Saúde no governo de Landulpho Alves (seu irmão) entre 1938 e 1942.

Isaías Alves parece ter começado a construir seu espaço de atuação no campo educacional a partir da proposta de implantação de testes de inteligência como ferramenta de seleção escolar. Fortemente influenciado pela psicologia norte-americana, Alves acreditava que era possível formar classes mais homogêneas a partir dos resultados dos testes de QI. Em 1924, ele criou o “Centro de pesquisas psycho pedagogicas” no Ginásio do Ipiranga, e em 1926 publicou seu primeiro livro: *Teste Individual de Inteligência* (ALVES, 1926).

Isaías Alves alegava que, separando os alunos em classes homogêneas, estes apresentariam um melhor desempenho escolar, já que a qualidade das aulas estaria de acordo com a capacidade do aluno. Assim, todos os envolvidos no processo de educação escolar seriam beneficiados: o aluno se adaptaria facilmente, os professores teriam uma base sólida para o desenvolvimento das aulas e a família teria plena consciência do potencial do seu filho. Além disso, esta seleção traria grandes vantagens econômicas ao Estado, que teria menos gastos com uma educação racionalizada, que evitaria as repetências.

Assim como a proposta de Alves, as tentativas de modernização e reformas do sistema de ensino brasileiro vieram acompanhadas de um discurso científico que as legitimavam. Segundo Bomeny (1993, p.4), essa “perspectiva cientificista, no *caso brasileiro*, funcionou como poderoso mecanismo de fortalecimento do *Estado* em detrimento da nação”. Isso aconteceu porque as propostas de reformas educacionais estavam frequentemente ligadas à intervenção do Estado. Segundo Martins (1987, p.75), será “justamente através do Estado que essa intelligentsia pretenderá construir a nação”. Dessa forma, compreende-se que as experiências de Alves com os testes comecem no Ginásio do Ipiranga em 1926, mas somente ganhem força a partir do apoio que ele conquista sistematicamente do Governo. Assim, é importante analisar a centralidade do papel do Estado nas mudanças pensadas por estes educadores e de como este Estado se beneficiou com desse pensamento reformador.

A partir de sua defesa pelo uso dos testes, Alves foi convidado pelo governo baiano em 1928 para “organizar testes mentais e orientar o professorado” (ALVES, 1933, p.16). Em 1930, participou de um curso de férias promovido pela Diretoria Geral de Instrução para falar sobre “Medidas da Inteligência e dos resultados escolares”. Neste mesmo ano, Isaías Alves recebeu bolsa de estudos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para estudar no Teacher’s College de Columbia, Nova Iorque. Em 1931, diplomou-se Master of Arts and Instructor in Psychology.

O segundo livro de Alves sobre os testes, *Os Testes e a Reorganização Escolar* (1930), foi prefaciado por Anísio Teixeira. Este reconhece Alves como “um técnico consumado no assunto dos testes” (ALVES, 1930). Alves trabalhou com Anísio Teixeira em 1932 no Rio de Janeiro, quando foi convidado a chefiar a Seção de Testes e Escalas do Distrito Federal. Esta seção era responsável por aplicar, ainda de forma experimental, os testes de inteligência nas crianças das escolas públicas da capital. Nesta ocasião, Alves ampliou sua obra sobre os testes ao divulgar e analisar os resultados obtidos com as crianças testadas no Rio de Janeiro em publicações da Diretoria Geral de Instrução Pública.

De 1934 a 1938, os documentos apontam que Alves ocupou o cargo de assistente técnico do Departamento Nacional de Educação, mas não especificam suas funções no órgão. Um lacuna a ser preenchida com o desenvolvimento da pesquisa é a ausência de menções da participação de Alves no movimento integralista baiano. Em seu arquivo pessoal, encontrei apenas duas. A primeira é um recorte de jornal que anuncia a palestra de Alves “especialmente dedicada aos Plinianos e Blusas Verdes”,³ depois cancelada em virtude de uma palestra a ser ministrada por ele, neste mesmo dia, no Instituto Geográfico e Histórico. Depois, encontramos a carta enviada por seu cunhado, André Lyrio, em 1938. Nela, Lyrio declara:

*Você foi integralista, mas com o Estado Novo, de 1º de novembro pra cá, certamente, conformou-se com a situação, mui especialmente ocupando cargo de elevado destaque no governo de seu mui querido irmão e nosso distinto amigo – Landupho Alves.*⁴

Lyrio continua alertando para que tenha cautela com as indicações dos Alves de integralistas para os cargos de confiança do governo, para que assim não seja considerado um “suspeito”. Assim, esta lacuna, parece coincidir com o interesse de Alves, ao mesmo tempo que nos alerta para a continuidade de suas concepções sobre a combinação “deus, pátria e nação”.

Por estes indícios, acredito que Isaías Alves pode ser analisado segundo a categoria de intelectuais autoritários de Pécaut (1990). De acordo com este autor, muitos desses intelectuais aderiram ao catolicismo, pois consideravam que a religião deveria ser uma das bases da Nação. Este argumento é encontrado no discurso de Alves que defendia “uma educação espiritual, por meio da disciplina moral e religiosa” já que esta era a “base da

³ “Ação Integralista Brasileira- Secretaria Provincial de Arregimentação feminina – Conf. do Prof Isaías Alves.” In: *O Imparcial*, 30/11/1937. Arquivo pessoal- FFCH, Série Jornais, Subsérie Avulsos.

⁴ Arquivo Pessoal de Isaías Alves - FFCH. Série Documentos Pessoais; Subsérie Correspondência familiar.

sociedade e da nação” (ALVES, 1939, p.29). Ainda segundo Pécaut, no pós-30, muitos destes intelectuais ingressaram “de forma duradoura ou não, no movimento integralista” (PÉCAUT, 1990, p.28).

A despeito disto, Isaías Alves não parece ter tido grandes problemas com Vargas em relação com a sua simpatia pelo integralismo. A idéia de educação que Isaías Alves defendeu durante sua trajetória enquanto educador, entrava em acordo com os pressupostos do Estado Novo. Em discurso por ocasião da inauguração do retrato de Vargas na Secretaria, Alves declarou que:

“a educação da Bahia consulta aos interesses do Estado forte que controla a vida da sociedade, não somente nas suas condições econômicas, mas também nas atividades propriamente sociais, que não podem ser deixadas a mercê das forças de dissolvência dos costumes, da irreligiosidade criminosa, do enfraquecimento dos laços de ordem familiar e moral, que são a base da vida dos povos.” (ALVES, 1939, p.11)

Para Alves, o Estado deveria guiar o povo através da educação. É nesse sentido que defende que o direcionamento dos indivíduos em relação a educação deveria ser definido pelo Estado através das avaliações sobre inteligência. Alves também demonstrava interesse pelas comemorações cívicas que eram exaltadas no Estado Novo. Para ele, essas manifestações ensinavam a disciplina e o amor ao país.

Durante os anos de 1934 a 1938, só me foi possível acompanhar presença de Alves nas reuniões do Conselho Nacional de Educação, do qual foi membro, desde sua criação em 1931, até 1958. A partir da discussão para a elaboração do Plano Nacional de Educação, é possível perceber os grupos de interesses presentes nas comissões e ainda as estratégias que seus membros utilizavam para defender esses interesses. A restrição do acesso aos cursos superiores era consequência natural de propostas como a de Isaías Alves uma vez que, segundo a própria concepção dos testes, só os indivíduos de inteligência acima da média deveriam cursar universidades. A mesma intenção se tornava explícita em uma das reuniões do Conselho Nacional de Educação. Durante a elaboração do currículo escolar, Luis Camilo propõe que o conhecimento do grego seja obrigatório para os alunos do curso de Direito. Sobre esta proposta, Amoroso Lima declara:

Assim me explico não por julgar que o grego seja absolutamente necessário para o curso em referência mas sim porque virá dificultar, de forma muito sensível, o número de estudantes matriculados no curso de direito, e, como estamos sofrendo de uma pleora de estudantes desse ramo, tudo aqui que vise dificultar a entrada para esse curso é louvável.⁵

⁵ Actas do Conselho Nacional de Educação. Microfilme no. 22; Arquivo Gustavo Capanema; Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea- CPDOC.

Esta atitude pode ser explicada pelo aumento do número de Faculdades de Direito, que tradicionalmente, formava a maior parte das pessoas que ocupavam cargos na burocracia estatal. Miceli (1979) explora esse aumento relacionando-o com a desvalorização do diploma universitário que deixou de ser uma garantia de uma vaga no “mercado de postos intelectuais”.

Ao analisar a trajetória de Alves, sua nomeação para o cargo de Secretário de Educação e Saúde do Estado da Bahia deixa de ser associada, unicamente, ao fato deste ser irmão do então interventor do Estado, Landulpho Alves. Alves parece ter conseguido construir a idéia de que possuía uma competência técnica que o qualificava para este cargo. É esta competência que é ressaltada pelos jornais em 1938, quando apresentam Isaías Alves como um profissional que já tinha ocupado cargos significativos na administração escolar do Distrito Federal e que era reconhecido pelo trabalho desenvolvido com os testes de inteligência.

Durante sua atuação na Secretaria de Educação, Alves tentou retomar o projeto de implantação dos testes de inteligência nas escolas. No organograma da Secretaria de Educação e Saúde do ano de 1940, a seção de serviços técnicos possui uma “Assistência de programas e classificação de alunos” no qual o “Serviço de testes” está incluído.⁶ Entretanto, neste mesmo ano, em carta ao interventor da Bahia, Landulfo Alves, Isaías Alves relata que está aguardando “verbas orçamentárias indispensáveis a criação (digamo-lo assim), do serviço de inspeção do ensino e *dos órgãos técnicos da administração escolar*”⁷. O autor segue ressaltando a necessidade de maior organização do sistema de ensino, incluindo aí a necessidade de homogeneizar as classes escolares. Esta carta pode indicar que, mesmo na administração de Isaías Alves, as seções técnicas não tiveram incentivo suficiente para transformar a proposta dos testes em política pública efetiva.

A trajetória de Alves também ajuda a compreender um processo em que intelectuais e Estado se beneficiaram mutuamente. O Estado se beneficiou das propostas de renovação educacional, na qual recebeu papel central. Ao mesmo tempo, esses educadores construíram seu espaço de atuação desenvolvendo e valorizando o conhecimento técnico necessários para a criação dessa política educacional. O artigo de Martins (1987, p.76) sobre *intelligentsia brasileira* permite entender porque a atuação desses indivíduos se concentrou no campo educacional. Segundo ele, essa “elite intelectual” viu na educação a solução para os

⁶ Apeb, Seção: Republicano, Secretaria de Educação, Série Organogramas da Secretaria de Educação e Saúde, caixa 3952, maço 57.

⁷ Apeb, Seção: Republicano, Secretaria de Educação e Saúde, Gabinete do Secretário, notação 3924-06. grifo meu.

problemas brasileiros e é essa preocupação que os colocou “em relação direta com o Estado”. Daí a relevância de estudar a relação entre esses intelectuais e sua atuação na política no Brasil.

Referências:

ALVES, Isaías. *Teste Individual de inteligência*. 3ª ed. (rev. e aum.) Rio de Janeiro, Typ. d’A Encadernadora, 1932.

_____. *Os testes e a reorganização escolar*. Bahia, A Nova Graphica, 1930.

_____. *Educação e Brasilidade: idéias forças no Estado Novo*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1939.

BOMENY, Helena. “Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional.” In: *Revista Estudos Históricos*. n.11. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1993.

MARTINS, Luciano. “A gênese de uma *intelligentsia*: os intelectuais e a política no Brasil, 1920 a 1940.” São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol II, n 4, ANPOCS, 1987.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Difel, 1979.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo, Ática, 1990.